

Congresso reage

CÉSAR FÉLICIO E

ANGÉLICA WIEDERHECKER *

BRASÍLIA - O Congresso Nacional recebeu com um cauteloso otimismo o anúncio do ministro das Comunicações, Sérgio Motta, de que 100 diretores da *holding* Telebrás serão demitidos até o fim de novembro. "Não acredito que os exonerados não sejam reaproveitados em outras funções. Tirando 20% que são indicações políticas, o resto é oriundo do próprio setor e faz parte da elite técnica do ramo", disse o deputado Arolde de Oliveira (PFL-RJ), que foi o relator da quebra do monopólio das telecomunicações na Câmara.

De acordo com Oliveira, o impacto político será diminuído porque o PFL e o PSDB, partidos com maior índice de fidelidade ao governo, concentram a maioria dos cargos com vinculações políticas na área. O PPB e o PMDB, normalmente mais rebeldes, estão praticamente fora da divisão deste bolo.

O vice-presidente da Câmara, deputado Heráclito Fortes (PFL-PI), vai pela mesma linha do colega de bancada. "O PFL tem uma linha de defesa das privatizações e é coerente com ela. Se fôssemos reclamar todas as vezes que cargos políticos fossem suprimidos, nenhuma privatização seria feita, e esse é o nosso compromisso maior".

Risco político - Mesmo liderando um partido com pouca influência na área, o líder do PMDB na Câmara, Gedel Vieira Lima (BA), se mostra mais prudente ao avaliar o risco político da operação. "Tudo vai depender do critério. Se for um corte linear que atinja todo mundo, não vai haver reclamação. O problema é se forem estabelecidas exceções", disse o deputado.

O único que partiu para o tiroteio

ontem foi o presidente do PPB, senador Esperidião Amin (SC). Ele disse que o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, vai "atirar no próprio pé" ao demitir uma centena de diretores de empresas estaduais de telefonia. "Boa parte dos que serão demitidos ocupam cargos que na verdade são penduricalhos que o próprio Motta criou", ironizou Amin.

Sob medida - De acordo com o senador, o ministro foi o responsável pela criação do cargo de diretor vice-presidente da Telesc - a empresa estadual de telefonia de Santa Catarina - , exclusivamente para acolher Jeová Amarante, ex-deputado federal, que segundo Amin é tesoureiro do PMDB local.

Outra indicação criticada pelo senador catarinense foi a do irmão do governador do estado, Paulo Afonso Evangelista Vieira, para a diretoria de operações da Telesc. Francisco Evangelista Vieira, segundo Amin, foi substituído somente após acusações de que teria quebrado o sigilo telefônico da sede do Diretório Estadual do PPB, à época da CPI dos Precatórios.

A montagem das diretorias das empresas do Sistema Telebrás teve três momentos. No primeiro, Motta e o presidente Fernando Henrique nomearam apenas técnicos de sua confiança, como ocorreu na diretoria da Telebrás. Na segunda fase, as lideranças políticas estaduais foram levadas a apoiar técnicos indicados pelo governo. Quando isso não foi possível, por pressões políticas até mesmo do próprio PSDB, foram criados cargos de vice-presidente, ocupados por técnicos ligados ao ministro que, na prática, passaram a monitorar as ações do presidente.

* Colaborou Cesar Borges.